

Na Comissão Arinos as divergências são só semânticas

Presidencialismo ou parlamentarismo? A Comissão de Estudos Constitucionais, planejada pelo ex-presidente Tancredo Neves e criada pelo presidente José Sarney para assessorar os trabalhos da futura Assembleia Nacional Constituinte, tende a sugerir um regime parlamentar misto, em que o presidente da República não tenha apenas a função de chefe de Estado.

Ouvidos 35 dos 50 integrantes da comissão pelo JORNAL DO BRASIL, 24 manifestaram-se favoráveis ao regime misto, ou seja, 68,6%. O regime parlamentar mais puro foi defendido por seis, apenas um opinou favoravelmente ao regime presidencialista e quatro não revelaram suas posições ou disseram ter dúvidas.

Apesar da convergência de objetivos, as discussões serão árduas esta semana, dias 30, 31 e 1º, quando os integrantes da comissão estarão reunidos para discutir o tema. As propostas já apresentadas, apa-

rentemente com divergências semânticas, sugerem instrumentos antagônicos como a concessão ou não do poder de dissolução do Congresso. Agora, a discussão principal da comissão será: presidencialismo congressional ou parlamentarismo atenuado?

Duas propostas predominam na comissão, ambas instituindo o regime misto de governo. Uma foi apresentada pelo grupo do Rio, é de autoria de Alberto Venâncio Filho, Cândido Mendes, Clóvis Ferro Costa e Rafael de Almeida Magalhães e tende mais para o parlamentarismo. A outra, de Miguel Reale Júnior, resume o pensamento da seccional de São Paulo e favorece as características do presidencialismo.

As duas experiências parlamentares no país — entre 1832 e 1889 e em 1961 — constituem o principal argumento contra sua adoção agora. "Há um tabu contra o parlamentarismo", diz o secretário-executivo da comissão, Mauro Santayana.

Mas o presidente da comissão, Afonso Arinos, argumenta que o ex-presidente Tancredo Neves era e o próprio presidente Sarney é favorável à tese do parlamentarismo.

— Um homem só não pode ter tanto poder — teria dito Sarney a Santayana. Tanto ele quanto o ex-senador Mário Martins acham que a exagerada tradição de caudilhismo na América Latina não combina com o método presidencialista de se dar a um só homem a chefia do Estado e do Governo. O secretário-executivo afirma que, "ao invés de ser fiscalizado pelo parlamento, o presidente passa a ter uma forte influência sobre ele", enquanto o ex-senador lembra "os sucessivos atos de força observados ao longo desses anos na América Latina".

Contra o parlamentarismo, entretanto, há as duas experiências anteriores: "A História registra que o parlamentarismo no Brasil sempre esteve vinculado ao casuismo", ataca o reitor da Universida-

de de Brasília, Cristóvam Buarque, favorável a um regime misto entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Mas Santayana reage: "O parlamentarismo que serviu ao Império foi contado pelos republicanos. Depois de 1852, principalmente, foi um bom regime. E em 1961, a emenda que o instituiu foi votada às pressas, entre as baionetas e os chimangos do Brizola."

Na verdade, não há muitas vozes discordantes para defender a manutenção de um regime presidencialista puro. "Acho que sou o único presidencialista puro na comissão", reconhece, com razão, o professor Cláudio Penna Lacombe.

Para o advogado e ex-deputado Rafael de Almeida Magalhães, entretanto, a discussão se dará quanto aos instrumentos que o regime proposto terá: "Como submeter à votação do Congresso (o futuro Congresso Constituinte) uma pro-

posta que cria o instrumento de sua dissolução? Os parlamentares aprovam?", indaga.

Tanto ele quanto o advogado paulista José Saulo Ramos acham que a comissão não deve apresentar um anteprojeto fechado com apenas uma forma de regime de governo. Eles sugerem que seja elaborado um texto com o pensamento majoritário dos integrantes da comissão e anexadas as demais propostas apresentadas.

Mosaico de idéias

Formada com o critério da maior representatividade possível de todos os segmentos da sociedade, a Comissão de Estudos Constitucionais é definida pelo consultor jurídico do Estado-Maior das Forças Armadas, José Alberto de Assumpção, como "o melhor espelho do mosaico de idéias do Brasil".

Embora alguns digam que há uma nítida divergência entre conservadores e

progressistas, Mauro Santayana acha que há uma posição predominante: "Os integrantes da comissão não podiam ser mais propícios. Nas pontas estão homens conservadores como Ney Prado e José Alberto de Assumpção, ou homens de esquerda, como o presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), José Francisco da Silva. Mas seu recheio é basicamente formado por liberais, como era Tancredo".

No que é acompanhado por Miguel Reale Júnior: "Existem pessoas de tendência mais conservadora, mas o que se pode sentir é uma preocupação generalizada em torno dos problemas econômicos e sociais. Uma preocupação com os direitos do trabalhador, numa linha de conceder autonomia aos sindicatos e maior alcance da participação política das classes trabalhadoras. Se existe, portanto, uma linha conservadora, a tendência é por uma democracia social".

Nos depoimentos, o fascínio pelo sistema francês

Afonso Arinos, jurista — "Na qualidade de presidente da comissão, não gostaria de opinar. Minha função é fazer uma análise das opiniões e buscar uma convergência".

Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa — "Deve prevalecer um regime misto. Estou com Rui Barbosa: não tenho fanatismos pelas formas de governo pois elas dependem de quem exerce este governo. Sou a favor da eleição para presidente da República e admito a criação do cargo de um chefe de gabinete".

Bolívar Lamounier, cientista político — "Deve-se introduzir uma correção parlamentarizante no nosso presidencialismo, que é muito rígido. Não vejo uma tendência predominante de um parlamentarismo ortodoxo, porque não podemos abrir mão das eleições diretas para presidente, não temos estruturas de partidos sedimentadas e porque o parlamentarismo pressupõe a dissolução freqüente do Congresso e um excesso de eleições legislativas".

Cândido Mendes, cientista político — Co-autor da proposta apresentada à seccional do Rio na comissão, que prevê "um presidencialismo congressional, com eleição direta e em dois turnos para o presidente da República, que dará a definição dessa política de um gabinete conduzido por um ministro; voto de confiança ao gabinete, seguido, com a sua rejeição, da possibilidade ou não de dissolução a juízo do presidente, ouvido o Conselho de Estado; e impossibilidade de proposta de confiança ou rejeição inferior a um período de um ano ou no último ano de mandato".

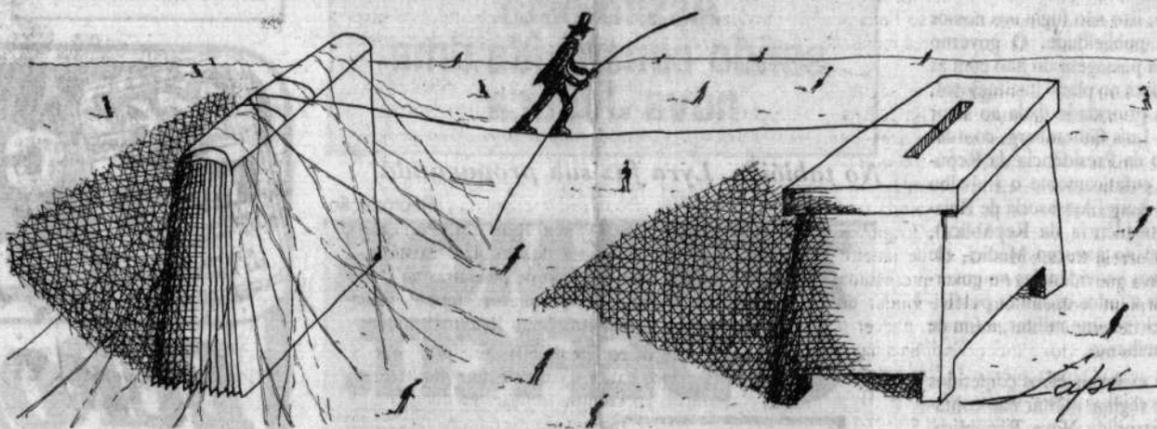
Célio Borja, ex-deputado, assessor do presidente Sarney — "O parlamentarismo é o único sistema de governo que garante liberdade e estabilidade, pois as crises de governo não atingem o regime. Não se copiam modelos de outros países. É sobre nossas duas experiências anteriores que vamos trabalhar".

Cláudio Pacheco, especialista em direito constitucional — "Sou favorável ao parlamentarismo".

Cláudio Penna Lacombe, advogado, atua nos Tribunais Superiores (STF e TFR) — "O presidencialismo é o regime da tradição brasileira. O povo personaliza o poder em uma só pessoa. No Brasil, as pesquisas indicam presidentes populares em governos absolutamente impopulares".

Clóvis Ferro Costa, ex-deputado — Co-autor da proposta da seccional do Rio, defende o regime parlamentar misto: "Com eleição direta para presidente, que não seria apenas o chefe de Estado, mas também o chefe de Governo. A experiência francesa é a que mais se aproxima da realidade brasileira. Sou a favor de que o presidente tenha o poder de dissolução do parlamento, mas isso exige uma reformulação da legislação eleitoral brasileira — que deve ser mais estável e vigorar, pelo menos, por cinco anos para evitar casuísmos — e um severo controle do dispêndio eleitoral".

Cristóvam Buarque, reitor da Universidade de Brasília — "Nem parlamentarismo nem presidencialismo. Os dois são fetichismo", avisa, defendendo um regime misto em que o presidente, eleito pelo voto direto, possa sobreviver às crises de Governo, preservando as instituições. Ele sugere que entre o presidente e o Congresso, três ministros tenham o papel reservado ao primeiro-ministro parlamentarista: "Os três, no-



meados pelo presidente, seriam demitidos por ele nos períodos de crise de governo".

Edgard da Matta Machado, professor de direito — "Sou a favor da tese do parlamentarismo".

Eduardo Portella, ex-ministro da Educação — "O melhor seria um sistema miscigenado, com eleições para presidente pelo voto direto e popular e a escolha do ministério através de articulações com o parlamento, que poderia, através de um voto de desconfiança, derrubar o ministro que não estivesse agradando".

Evaristo de Moraes Filho, especialista em direito do trabalho — "Defendo um parlamentarismo à brasileira: o presidente seria eleito pelo sufrágio universal e direto, seria o chefe de Estado e o primeiro-ministro ficaria à frente de um gabinete escolhido pelo Congresso".

Padre Fernando Bastos D'Ávila — "O consenso da comissão deverá ser por um presidencialismo congressional, com eleição direta para presidente e uma série de contrapesos contra a dissolução do Congresso".

Gilberto de Ulhoa Canto, jurista — "Estou começando a me inclinar pelo parlamentarismo, tomando mesmo muito gosto por ele. Hoje daria um voto a favor, mas ainda não tenho um estudo definitivo sobre isso".

Hélio Jaguaribe, cientista político — "O melhor é uma forma moderna de parlamentarismo, como a adotada pelas Constituições francesa, espanhola e portuguesa e diferente da britânica. O Governo seria exercido pelo primeiro-ministro de confiança do Congresso e indicado pelo presidente, consultadas as forças políticas. O primeiro-ministro só responderia à Câmara e não ao Senado, para garantir a agilidade do regime".

Hilton Ribeiro da Rocha, oftalmologista — "Minha preferência é por um sistema intermediário, à moda francesa".

Joaquim Falcão, jurista — "Sou a favor de um presidencialismo congressional. O presidente deve ser eleito pelo voto direto e o Congresso deve dar voto de confiança para os ministros, que é uma marca do parlamentarismo".

Josaphat Marinho, ex-senador — "Desaconselho a expe-

riência do parlamentarismo ortodoxo. Este regime é muito mais flexível que o presidencialismo e absorve melhor as crises, mas pressupõe partidos definitivos e de linhas programáticas nítidas, enquanto no Brasil o quadro partidário é visivelmente de transição. O aconselhável seria instituir certas práticas parlamentaristas no sistema presidencialista".

José Alberto de Assumpção, consultor jurídico do Estado-Maior das Forças Armadas — "O presidencialismo está sendo exercido de forma imperial. Não serve à causa democrática. Defendo um parlamentarismo adaptado à realidade brasileira: um Executivo com poderes de atuar e exercer o cargo, mas fiscalizado pelo parlamento, como a forma francesa. Recuso a proposta de um presidencialismo congressional, que é um presidencialismo apenas mitigado".

José Meira, ex-deputado e doutor em direito — "O Brasil deve seguir a tendência do constitucionalismo moderno, conciliando os princípios presidencialistas com institutos do sistema parlamentar de governo. Seria salutar resolver os conflitos entre o Executivo e o Legislativo com a regulamentação de instrumentos da chamada democracia plebiscitária, como o referendo e o plebiscito".

José Paulo Sepúlveda Pertence, procurador-geral da República — "Sou favorável a um presidencialismo com uma desconcentração do poder do presidente da República e um reforço dos instrumentos de controle do Congresso Nacional sobre o Executivo".

José Saulo Ramos, advogado — "A comissão não vai querer impor nada, nenhum modelo. Vai sugerir como funcionaria um modelo ideal de parlamentarismo, depois uma fórmula mista e, como a tradição brasileira é presidencialista, mandará também uma colaboração sobre um regime político presidencialista moderno".

Luís Eulálio de Bueno Vidigal Fº, empresário — "A comissão deverá propor um tipo de parlamentarismo não ortodoxo".

Luís Pinto Ferreira, ex-senador — "O atual sistema de governo tende ao caudilhismo e à ditadura. Sou a favor de um

regime misto, com os poderes do presidente limitados pelo Legislativo".

Mário Martins, ex-senador — "Nesses quase 100 anos de presidencialismo assistimos a uma sucessão de atos de força. O regime presidencialista dá margem ao bandeirismo em torno dos quartéis, enquanto o regime parlamentarista dá oportunidade para que as crises sejam resolvidas jurídica e democraticamente, além de acabar com o regime de gabinete interno, de copa-e-cozinha. Acho que o Brasil deve examinar as falhas em outros países e dar a sua contribuição ao parlamentarismo".

Mauro Santayana, jornalista, secretário-executivo da comissão — "Sou parlamentarista. No sistema parlamentar, o Estado continua intacto nas crises de governo e a Constituição prevalece".

Miguel Reale, ex-secretário da Justiça de São Paulo — "É reduzido o número daqueles que pretendem ou um presidencialismo puro, como a tradição norte-americana, ou um parlamentarismo clássico, como na Inglaterra ou na Itália. A maioria, penso, tende para soluções intermediárias, reconhecendo que o presidencialismo vem se parlamentarizando no Brasil".

Miguel Reale Júnior, ex-secretário de Segurança de São Paulo — Autor da proposta que institui um sistema "semi-presidencialista" e resume o pensamento da seccional paulista na comissão. Propõe a eleição direta do presidente da República, com status de chefe de Estado e chefe de Governo, e um primeiro-ministro indicado por ele e homologado pelo Congresso".

Ney Prado, professor de ciência política, secretário-geral da comissão — "Sou presidencialista, mas o presidente tem exercido quatro papéis nem sempre convergentes (chefe de Estado, de Governo, do partido e das Forças Armadas). Isso é muito poder para o Executivo. Acho que o Brasil deveria ter um presidencialismo atenuado, com fortalecimentos do Legislativo, sem que o Executivo perca certas características".

Paulo Brossard, ex-senador, consultor jurídico da presidência da República — "Parlamentarismo é a modalidade mais avançada e aperfeiçoada da democracia representativa e, portanto, a de mais fácil e eficaz aplicação".

Rafael de Almeida Magalhães, advogado, ex-deputado — co-autor da proposta da seccional do Rio, acha que "o parlamentarismo é um regime de partidos e, portanto, a lei eleitoral e a lei partida devem ser consideradas preliminarmente". Em sua proposta, sugere a reformulação da legislação, coibindo o abuso do poder econômico nas eleições. Acha, também, que "a comissão deve apresentar um texto com o pensamento majoritário, mas permitir que outras propostas de outros tipos de regime constem do documento, como propostas derrotadas".

Rosá Russomano, jurista — "Sou favorável a um parlamentarismo atenuado. Não existe um regime de governo puro. O ideal seria uma forma parecida com o sistema francês".

Walter Barelli, economista, diretor do DIEESE — "Acho que a discussão básica da Constituição deve ser sobre os direitos do povo brasileiro. A partir daí é que será estruturado o regime de poder. É realmente muito cedo para se dizer se a nova proposta será mais próxima do presidencialismo do que do parlamentarismo".